



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



RELATÓRIO

PROJETO DE LEI Nº 58 DE 2026 – Poder Executivo

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM), ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RELATOR: VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

Submete-se à análise das Comissões Permanentes o Projeto de Lei nº 58/2026, de autoria do Prefeito Municipal, que *dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e promove a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM.*

A proposta tem por finalidade atualizar, consolidar e modernizar a legislação municipal atualmente disciplinada pelas Leis Municipais nº 5.828/2016, nº 6.052/2018 e nº 6.132/2019, cuja revogação integral é prevista pelo projeto, reunindo em um único diploma legal as normas relativas à composição, organização, competências e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Conforme exposto na Mensagem nº 032/2026 do Poder Executivo, a reestruturação busca adequar a atuação do Conselho às demandas contemporâneas relacionadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das mulheres, fortalecendo sua atuação consultiva, deliberativa e de controle social das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero e ao enfrentamento da discriminação e da violência contra a mulher.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



O projeto também amplia a representatividade do colegiado, assegurando participação equilibrada entre Poder Público e Sociedade Civil, além de disciplinar o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, instrumento destinado ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à promoção dos direitos das mulheres no Município.

Por fim, na justificativa apresentada, o Chefe do Poder Executivo esclarece que a iniciativa visa ao aperfeiçoamento da estrutura institucional de proteção e promoção dos direitos das mulheres no âmbito municipal, fortalecendo os mecanismos de participação social, controle democrático e implementação de políticas públicas específicas para o setor.

II - CONCLUSÕES DO RELATOR

a) Legalidade e Constitucionalidade

O Projeto de Lei nº 58 de 2026, de autoria do Prefeito Municipal Paulo de Oliveira e Silva, encontra-se em conformidade com a Constituição Federal, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, não apresentando vícios de constitucionalidade formal ou material que impeçam sua regular tramitação.

Nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como artigo 144 da Constituição do Estado de São Paulo, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Nesse contexto, insere-se na competência legislativa municipal a organização e reorganização de órgãos da Administração Pública Municipal, incluindo os Conselhos Municipais, cuja existência constitui importante mecanismo de participação popular na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.

Com efeito, os Conselhos Municipais constituem órgãos colegiados de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, integrados por representantes do Poder Público e da sociedade civil, destinados a auxiliar a Administração Municipal na definição de diretrizes, programas e políticas públicas de interesse local. Nessa condição, inserem-se na estrutura administrativa do Município, funcionando como instrumentos de assessoramento e participação comunitária na gestão pública.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



É nesse contexto que se insere a presente proposição, a qual visa fortalecer instrumento de participação social já consolidado no Município, promovendo a reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e regulamentando o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, em observância aos princípios do controle social, da transparência e da gestão democrática das políticas públicas.

No que se refere à iniciativa legislativa, verifica-se que a matéria é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, por tratar da organização administrativa municipal e da estruturação de órgãos vinculados à Administração Pública, nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, inexistindo, portanto, vício de iniciativa.

Sob o aspecto material, igualmente não se vislumbra qualquer vício de constitucionalidade, uma vez que a matéria tratada na proposição está em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal, especialmente aqueles relacionados à participação popular na gestão pública, à promoção da igualdade de direitos e à proteção dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, a proposta busca aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fortalecendo os mecanismos institucionais de formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos das mulheres, medida que se insere no âmbito do interesse local e atende aos objetivos constitucionais de combate à discriminação e promoção da igualdade material.

Portanto, sob o aspecto jurídico, o Projeto de Lei nº 58/2026 revela-se legal e constitucional, não se vislumbrando vícios de iniciativa, de competência ou de constitucionalidade material capazes de obstar sua apreciação pelo Poder Legislativo Municipal.

b) Conveniência e Oportunidade

Sob o aspecto da conveniência e oportunidade administrativa, a proposta mostra-se plenamente adequada ao interesse público.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



O projeto promove a atualização da legislação municipal referente ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, adequando sua estrutura às atuais necessidades da Administração Pública e às demandas sociais relacionadas à defesa dos direitos das mulheres.

A composição prevista busca assegurar representatividade democrática e pluralidade institucional, contemplando representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, fortalecendo os mecanismos de participação popular e controle social.

Destaca-se ainda a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, medida que confere maior segurança jurídica à aplicação de recursos destinados à implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero, enfrentamento da violência contra a mulher e fortalecimento da cidadania feminina.

Dessa forma, verifica-se que o Projeto de Lei nº 58/2026 contribui para o fortalecimento institucional das políticas públicas voltadas às mulheres, ampliando a participação social e aperfeiçoando os mecanismos municipais de promoção e defesa dos direitos femininos.

Portanto, sob os aspectos da conveniência e oportunidade, a proposição mostra-se plenamente adequada ao interesse público municipal.

III – IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Esta Relatoria concluiu que o Projeto de Lei nº 58/2026 não acarreta aumento significativo de despesas ao erário municipal, uma vez que seu objeto consiste na reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e na regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, instrumentos destinados ao fortalecimento da participação social e ao aprimoramento da gestão das políticas públicas voltadas às mulheres.

A proposição não cria cargos efetivos, empregos públicos ou estruturas administrativas autônomas que impliquem ampliação permanente da despesa pública, limitando-se a disciplinar a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho, bem como a regulamentar a gestão de recursos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



Os recursos do Fundo serão constituídos por receitas provenientes de fontes legalmente admitidas, tais como transferências de recursos públicos, convênios, doações, auxílios, contribuições e demais receitas compatíveis com suas finalidades institucionais, observadas as normas de direito financeiro e orçamentário aplicáveis.

Dessa forma, não se verifica impacto orçamentário-financeiro incompatível com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas vigentes, sendo possível a implementação da medida no âmbito da estrutura administrativa municipal, observada a disponibilidade dos recursos destinados ao Fundo e às ações dele decorrentes.

III - OFERECIMENTO DE SUBSTITUTIVO, EMENDAS OU SUBEMENDAS

Após análise da matéria, o Relator apresenta **Emenda Modificativa ao § 3º do artigo 8º** e **Emenda Supressiva ao § 5º do artigo 8º**, com a finalidade de aprimorar a técnica legislativa da proposição, eliminando a duplicidade de disposições relativas ao mandato e à recondução dos conselheiros.

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, por unanimidade, **aprova** o Projeto de Lei nº 58 de 2026, **com emendas**, considerando-o **legal, constitucional e conveniente**.

Assinam os membros da Comissão de Justiça e Redação que votaram a favor:

- Vereador Wagner Ricardo Pereira (Presidente)
- Vereador Wilians Mendes de Oliveira (Vice-Presidente)
- Vereador Marcio Evandro Ribeiro (Membro)

Assinam os membros da Comissão de Finanças e Orçamento que votaram a favor:



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira



- Vereadora Mara Cristina Choquetta (Presidente)
- Vereador Marcio Dener Coran (Vice-Presidente)
- Vereador Marcos Paulo Cegatti (Membro)

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTTOLI”, em 22 de junho de 2026.

(assinado digitalmente)

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Relator

REFERÊNCIAS:

1. **Constituição Federal, art. 30, incisos I e II:** estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
2. **Constituição do Estado de São Paulo, art. 144:** dispõe que os Municípios reger-se-ão por lei orgânica própria, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual.
3. **Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, art. 51, inciso III:** confere ao Prefeito Municipal a iniciativa privativa dos projetos de lei que disponham sobre a organização administrativa municipal.
4. **CONSULTA SGP nº CONSULTA/0251/2026/MN/G (CÓDIGO: 000335):** conclui pela constitucionalidade e legalidade da proposição, reconhecendo a competência do Município para disciplinar a matéria relacionada à reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e à instituição do respectivo Fundo Municipal, sem apontar vícios de iniciativa ou de competência que impeçam sua regular tramitação.



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 58 DE 2026 DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL PAULO DE OLIVEIRA E SILVA.

Seguindo o Voto exarado pelo Relator e conforme determinam os artigos 35 e 37 da Resolução nº 276 de 09 de novembro de 2010 a Comissão Permanente de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento formaliza o presente PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 58 de 2026.

Sala das Comissões, 22 de junho de 2026.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

(assinado digitalmente)

VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA

Presidente/Relator

(assinado digitalmente)

VEREADOR WILIANS MENDES DE OLIVEIRA

Vice-Presidente

(assinado digitalmente)

VEREADOR MARCIO EVANDRO RIBEIRO

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - E000-AB42-4V27-30S4



Estado de São Paulo
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Gabinete do Vereador Wagner Ricardo Pereira

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

(assinado digitalmente)

VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA

Presidente

(assinado digitalmente)

VEREADOR MÁRCIO DENER CORAN

Vice-Presidente

(assinado digitalmente)

VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI

Membro

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - E000-AB42-4V27-30S4



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=E000AB424V2730S4>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: E000-AB42-4V27-30S4

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - E000-AB42-4V27-30S4